

www.pwc.com.br

Iter Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Iter Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Iter Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

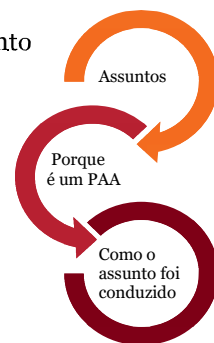
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Iter Participações S.A.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

**Reconhecimento de receita
(Notas 26 e 33.16)**

A principal fonte de receita da Companhia e suas controladas advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas.

Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Companhia e das suas controladas para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos da Companhia e suas controladas.

Em base amostral, verificamos os tickets emitidos ao longo do exercício, respectivas emissões de notas fiscais e liquidações financeiras.

Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2023 e início de 2024 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência.

Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia utilizada e as divulgações feitas são consistentes com os dados e informações obtidas ao longo dos nossos trabalhos.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Iter Participações S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção



Iter Participações S.A.

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Caren Henriete Macohin
Assinado por: CAREN HENRIETE MACOHIN/01454117868
CPF: 01454117868
Data e Hora da Assinatura: 28 March 2024 | 22:12 BRT
ID: CIP-Brazil, OU: 000001010001013
© 2011
Emissor: AC SERASA RFB v3

Caren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PRO38429/O-3 "T" SC

Índice

Demonstrações financeiras	
Balanco patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	

Iter Participações S.A.**Balço patrimonial****Exercícios findos em****Em milhares de reais**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.617	21.605	250.928	141.603
Aplicações financeiras	8	-	-	3.089	1.500
Contas a receber	9	-	-	20.185	13.895
Estoques		-	-	1.392	1.322
Despesas Antecipadas	10	374	167	1.635	1.333
Impostos a recuperar	11	1.653	1.539	5.680	4.450
Adiantamento a fornecedores	12	350	-	5.422	3.298
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	4.032	3.758
Outros ativos circulantes		2.010	1.369	666	1.943
		26.004	24.680	293.029	173.103
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
IR/CSLL Diferidos	13	-	-	1.826	-
Impostos a recuperar	11	999	-	4.085	2.416
Despesas Antecipadas	10	-	-	14.383	14.316
Partes Relacionadas	14	7.905	2.959	-	-
Depósitos judiciais	24	-	-	1.413	1.287
Aplicações financeiras	8	266	-	4.246	8.068
Investimentos	4	269.150	121.729	-	-
Ativo de Direito de Uso	15	3.320	-	3.595	1.632
Imobilizado	17	8.478	5.109	123.947	97.048
Intangível	16	461	-	151.835	153.642
Comodato		-	-	36	36
		290.579	129.797	305.367	278.445
Total do ativo		316.582	154.477	598.396	451.548

Iter Participações S.A.**Balço patrimonial****Exercícios findos em****Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	18	1.023	59	7.108	6.183
Salários e férias a pagar		5.774	2.782	11.668	7.070
Impostos a recolher	19	2.434	1.672	6.869	5.106
Empréstimos e Financiamentos	20	1.495	-	9.312	89.887
Debêntures	21	-	-	27.426	8.715
Passivo de arrendamento	15	1.289	-	1.608	717
Dividendos e participações	22	10.000	-	10.000	173
Receita Diferida	23	-	-	275	1.639
Outros passivos circulantes		283	262	3.557	4.696
		22.298	4.775	77.823	124.187
Não Circulante					
Tributos em discussão judicial		-	-	735	735
Receita Diferida	23	-	-	-	250
Impostos a recolher	19	-	-	-	106
Passivo de arrendamento	15	2.409	-	2.409	1.211
Empréstimos e Financiamentos	20	5.760	-	29.319	9.093
Debêntures	21	-	-	174.604	87.996
IR/CSLL Diferidos	13	2.092	2.092	2.092	4.615
Provisão encargos acessórios		-	-	1.936	63
Provisão para contingências	24	-	-	1.209	1.114
Dividendos e participações	22	10.550	-	10.550	-
Comodato		-	-	36	36
		20.811	2.092	222.891	105.219
Total do passivo		43.109	6.867	300.714	229.406
Patrimônio líquido	22				
Capital social		137.206	47.843	137.206	47.843
Reserva de capital		68.148	68.148	68.148	68.148
Reserva legal		3.270	5.309	3.270	5.309
Reserva de Lucros		63.450	-	63.450	-
Reserva de contingência		983	983	983	983
Dividendos Adicionais Propostos		416	25.327	416	25.327
		273.474	147.610	273.474	147.610
Participação dos não controladores		-	-	24.208	74.532
Total do patrimônio líquido		273.474	147.610	297.682	222.142
Total do passivo e do patrimônio líquido		316.582	154.477	598.396	451.548

Iter Participações S.A.**Demonstração do resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	26	-	-	240.812	146.071
Custo dos serviços prestados	27	-	-	(51.025)	(36.092)
Lucro bruto		-	-	189.787	109.979
Despesas com vendas	29	(1.596)	(8)	(8.344)	(5.397)
Despesas gerais e administrativas	28	(27.188)	(5.874)	(88.365)	(43.748)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		4	-	4.426	(293)
Resultado de equivalência patrimonial	4	110.326	41.307	-	-
Lucro operacional		81.545	35.425	97.505	60.541
Receitas financeiras		6.034	7.373	27.871	21.576
Despesas financeiras		(1.164)	(410)	(42.135)	(19.588)
Resultado financeiro	30	4.870	6.964	(14.264)	1.988
Lucro antes dos impostos		86.416	42.388	83.241	62.529
Imposto de renda e contribuição social corrente	31	-	(1.605)	(1.387)	(6.051)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	4.350	(4.167)
Lucro líquido do exercício		86.416	40.783	86.204	52.311
Atribuível aos acionistas da Companhia				86.416	40.783
Participação dos não controladores				(212)	11.528
				86.204	52.311

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iter Participações S.A.**Demonstração do resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	86.416	40.783	86.204	52.311
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.033
Resultado abrangente total	86.416	40.783	86.204	53.344

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iter Participações S.A.**Demonstração das mutações no patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	Capital social	Adto futuro aumento capital	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de contingências	Dividendos a distribuir	Reserva de Lucros	Total	Total dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2021	47.843	4	68.148	3.270	983	416	(1.232)	119.432	22.261	141.693
Aquisição TAH e NCT	-	-	-	-	-	-	-	-	32.193	32.193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	40.783	40.783	11.528	52.311
Baixa de adiantamento para futuro aumento capital	-	(4)	-	-	-	-	4	-	-	-
Dividendos antecipados 2022	-	-	-	-	-	-	(12.606)	(12.606)	2.394	(10.212)
Reserva Legal	-	-	-	2.039	-	-	(2.039)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	1.033	1.033
Dividendos obrigatórios adicionais	-	-	-	-	-	9.686	(9.686)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos 2022	-	-	-	-	-	15.225	(15.225)	-	3.914	3.914
Destinação reserva de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.211	1.211
Saldo em 31/12/2022	47.843	-	68.148	5.309	983	25.327	-	147.610	74.533	222.143
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	86.416	86.416	(212)	86.204
Reserva Legal não constituída 2022	-	-	-	(2.039)	-	2.039	-	-	-	-
Aumento de Capital social	89.363	-	-	-	-	-	-	89.363	(16.209)	73.154
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.861
Dividendos distribuídos 2022	-	-	-	-	-	(26.950)	-	(26.950)	(22.565)	(49.515)
Dividendos antecipados 2023	-	-	-	-	-	-	(22.965)	(22.965)	(11.337)	(34.302)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	21.604	(21.604)	-	-	-
Destinação reserva de lucros	-	-	-	-	-	41.847	(41.847)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	137.206	-	68.148	3.270	983	63.866	-	273.472	24.209	297.682

Iter Participações S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	Controladora 2022	2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	86.416	40.784	86.204	52.311
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	1.196	190	13.955	6.874
Equivalência Patrimonial em Controlada	(110.326)	(41.307)	-	-
Arrendamentos	(981)	-	(1.893)	614
Juros arrendamentos	-	-	-	297
Amortização de custo de transação de debêntures			1.302	
Ajuste marcação a mercado	-	-	(275)	4.208
Provisão de encargos acessórios			874	
Imposto Diferido	-	62	(4.350)	4.227
Baixa de ativos imobilizado/intangível	-	-	(658)	145
Provisão para contingências	-	-	96	(92)
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-		570	(1.173)
Variação cambial empréstimo	-		1.546	(807)
Juros sobre debêntures	-	-	33.023	13.562
Juros sobre empréstimos	194	-	5.549	3.035
	(23.501)	(271)	135.942	83.201
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/Redução em contas a receber	-	-	(6.860)	(7.769)
(Aumento)/Redução em Estoque	-	-	(70)	(481)
(Aumento)/Redução em Impostos a Recuperar	(1.113)	(1.458)	(2.898)	(1.085)
(Aumento)/Redução em Adiantamento a fornecedores	(350)	150	(2.124)	(2.579)
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	(206)	(167)	(369)	(15.647)
(Aumento)/Redução em outros ativos circulantes	(641)	(1.368)	1.278	(27)
(Aumento)/Redução em Depósitos judiciais	-	-	(127)	58
(Aumento)/Redução em Partes Relacionadas	-	-	-	1.401
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras	(266)	-	2.233	1.789
Aumento/(Redução) em Dividendos e participações	-	2.622	-	(900)
Aumento/(Redução) em fornecedores	963	59	924	5.134

Iter Participações S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**(continuação)**

Aumento/(Redução) em Salários e férias a pagar	2.991	2.782	4.598	3.719
Aumento/(Redução) em impostos a recolher	762	1.526	1.657	955
Aumento/(Redução) em outros passivos	21	80	(1.139)	25
Aumento/(Redução) em receita Diferida	-	-	(1.613)	1.459
Aumento/(Redução) em encargos acessórios	-	-	1.874	63
Aumento/(Redução) em tributos em discussão judicial	-	-	-	64
Encargos acessórios			1.000	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	(21.340)	3.955	134.305	69.380
Impostos pagos			(1.246)	(2.276)
Juros de empréstimos pagos	-	-	(4.627)	(926)
Juros de debentures pagos	-	-	(32.989)	(13.296)
	(21.340)	3.955	95.443	52.882
Caixa líquido gerado das atividades operacionais				
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Dividendos de controlada recebidos	5.495	33.606	5.495	33.606
Adições de ativo imobilizado	(3.442)	(728)	(34.542)	(23.719)
Adições de intangível	(224)	-	(3.684)	(153.815)
Aquisição participação societária	(22.040)		(22.040)	
Integralização de capital Iter Parques	-	(65.802)	-	-
Contrato de mútuo	(4.946)	(2.959)	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(25.157)	(35.883)	(54.771)	(143.928)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	7.062	-	30.156	80.000
Amortização de empréstimo e financiamentos	-	-	(93.882)	(11.329)
Dividendos e participações pagos	(49.915)	(12.606)	(49.915)	(12.606)
Dividendos pagos a acionistas não controladores			(12.553)	
Captação de Debentures	-	-	120.000	100.000
Amortização de debêntures			(11.628)	
Custo de transação debêntures	-	-	(4.387)	(3.555)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iter Participações S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**(continuação)**

Aumento do capital	89.363	-	89.363	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	46.509	(12.606)	67.154	152.510
(Redução)/ Aumento do caixa e equivalentes de caixa no exercício	13	(44.534)	107.826	61.464
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.605	66.142	143.103	81.639
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.617	21.605	250.928	143.103

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iter Participações S.A.**Demonstração do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Vendas brutas de serviços	-	-	253.121	154.310
Outras receitas	4	-	4.427	(293)
	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>257.548</u>	<u>154.017</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	-	-	(27.420)	(12.715)
Despesas de transporte	(4)	-	(9)	(21)
Custos de publicidade	(1.596)	(8)	(8.344)	(5.463)
Serviços de terceiros	(4.984)	(571)	(17.923)	(11.116)
Outras despesas	(1.305)	(145)	(7.096)	(4.969)
	<u>(7.889)</u>	<u>(724)</u>	<u>(60.792)</u>	<u>(34.284)</u>
Valor adicionado bruto	(7.885)	(724)	196.756	119.733
Depreciação e amortização	(1.196)	(190)	(13.955)	(6.874)
Valor adicionado líquido produzido	(9.081)	(914)	182.801	112.859
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação no lucro das controladas	103.854	41.307	-	-
Receitas financeiras	6.034	7.373	27.871	21.576
Valor adicionado total a distribuir	100.807	47.766	210.672	134.435
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal - remuneração direta	(12.681)	(3.431)	(47.706)	(28.178)
Pessoal - benefícios	(3.187)	(551)	(10.342)	(6.345)
Pessoal - FGTS	(694)	(175)	(3.141)	(2.103)
Impostos, taxas e contribuições	(132)	(307)	(780)	(737)
Federais	(2.409)	(2.110)	(7.695)	(17.706)
Municipais	-	-	(11.514)	(7.044)
Juros e variações cambiais	(841)	(3)	(38.640)	(17.050)
Outras despesas financeiras	(323)	(406)	(3.496)	(2.537)
Aluguéis	(596)	-	(1.154)	(422)
Lucro do exercício	(79.944)	(40.783)	(86.204)	(52.311)
Valor adicionado distribuído	(100.807)	(47.766)	(210.672)	(134.435)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1.1 Contexto operacional

A Iter Participações S.A. (doravante denominada “ITER” ou “Companhia”), sediada na Praia de Botafogo, nº 501, sala 702, Bloco I Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil e constituído em 21 de setembro de 2021, é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresarial, como sócia, acionista ou quotista ou sob qualquer outra forma jurídica, podendo ainda representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente “Grupo”) atuam também nos segmentos de turismo, entretenimento, mídia e tecnologia.

A ITER é controladora da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar (“CCAPA”), que opera o Parque Bondinho Pão de Açúcar, e atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia através da subsidiária integral da CCAPA, Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A. (“PATUR”).

A Companhia também controla integralmente a Iter Administradora Ltda. (“Iter Adm”) e Iter Parques Participações Ltda. (“Iter Participações”).

A Iter é controlada pela G3LC Holding S.A conforme demonstrado na nota 25.

Aquisição Grupo TAH

Em 22 de fevereiro de 2022, a ITER concluiu a aquisição de 49% de participação societária da Travel Activities Holding S.A. (“TAH”), que detém o controle das operações da C2Rio (uma das maiores operadoras receptivas de turismo no Rio de Janeiro), Destinow (marketplace de experiências no local de destino) e Destitech (empresa responsável pelo desenvolvimento de tecnologia do Grupo TAH).

Os efeitos da combinação de negócios estão descritos na Nota 5.

Constituição do Consórcio Novo Caracol e Tainhas

Em 11 de outubro de 2022, foi constituído a empresa Novo Caracol e Tainhas S.A (“NCT”), cujo objeto social é a execução e exploração da concessão de uso de áreas, atrativos e instalações, precedida da realização de investimentos, destinada à requalificação, modernização, operação e manutenção dos Parques estaduais do Caracol e Tainhas (conjuntamente “Parques Caracol e Tainhas”), conforme leilão promovido pelo estado do Rio Grande do Sul.

A Iter Parques Caracol (“Parques Caracol”) possui 60% do capital da Concessionária NCT e detém o controle das operações. Os impactos desse negócio estão demonstrados na Nota 5.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de março de 2024.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na Nota 34.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Como consequência, por não ser a ITER uma companhia aberta, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

1.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 1.1 e as políticas contábeis

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 1.2 (b).

1.5 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

(a) Consolidação da participação societária na CCAPA

Em 26 de dezembro de 2023, a Companhia adquiriu os 25% de ações preferenciais, passando a deter 100% das ações da controlada.

As movimentações dessa operação estão demonstradas na Nota 22.

(b) Captações de empréstimos

O Grupo efetuou captações de novos empréstimos no ano de 2023 que totalizam R\$ 30.156, com vencimento em junho de 2028.

As movimentações relacionadas a esses empréstimos estão demonstradas na Nota 20.

(c) Emissão de debêntures

Em 10 de fevereiro de 2023, a controlada NCT realizou a 1ª emissão de debênture, no valor de R\$ 120.000, com esforço restrito de acordo com ICVM 476/2009, coordenadas pelos Bancos Itaú BBA e UBS BB, com prazo de 7 anos, carência de 24 meses para amortização do principal e com custo de CDI + 4% ao ano.

As debêntures foram emitidas com a finalidade de quitar os empréstimos ponte, utilizados para financiar parte da Outorga Fixa e compor o caixa da Companhia para os novos investimentos previstos nos Parques Caracol e Tainhas.

Os efeitos dessa emissão estão descritos na Nota 21.

(d) Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

(e) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

Em 28 de dezembro de 2023 foi publicada a Medida Provisória (“MP”) que, dentre outras providências, revogou o art. 4º da Lei nº 14.148, de 03.05.2021 (“Lei do PERSE”), que instituiu a alíquota zero do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no período compreendido entre março de 2022 e fevereiro de 2027, sendo a aplicabilidade do benefício fiscal restrita às receitas e aos resultados decorrentes de atividades vinculadas ao setor de eventos, onde as controladas CCAPA, PATUR e C2RIO estão inseridas.

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Com a revogação do benefício fiscal, os contribuintes que até então se beneficiaram da alíquota zero voltariam a pagar CSLL, PIS e COFINS a partir de abril de 2024, ao passo que a cobrança do IRPJ seria retomada em janeiro de 2025.

Não há nenhum impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis

A controlada Novo Caracol e Tainhas reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de Concessão, de forma linear pelo prazo do contrato. A Administração entende que essa é a melhor estimativa para o período inicial das operações dos Parques Caracol e Tainhas.

(b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.

(c) Revisão de vida útil e recuperação do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

As opções de prorrogação em arrendamentos não foram incluídas no passivo de arrendamento porque a Companhia não possui certeza razoável quanto a prorrogação dos contratos.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo realiza transações com instrumentos financeiros e estes instrumentos são administrados através de estratégias e controles internos, buscando ter os recursos necessários para Administração no

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dia a dia, a geração de resultados e gestão dos riscos financeiros. Nossas políticas de controle são periodicamente monitoradas e não são utilizados investimentos e instrumentos derivativos com intuito especulativo.

Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação adequadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para desenvolver a estimativa do valor de realização mais adequada.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i> Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo não possui risco relevante de variação cambial tanto para os anos de 2023 e 2022. Os empréstimos em moeda estrangeira são na modalidade da Resolução 4131 e foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os derivativos, configurando-se como operação casada de modo que economicamente a resultante seja uma dívida pré-fixada em Reais.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos, e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente e são aceitos somente títulos de entidades classificadas com rating mínimo "A" determinado pela S&P ou rating similares de outras agências.

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes de bilhetes são liquidadas em dinheiro, através de PIX ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. As vendas para clientes corporativos, tais como agências de viagens, locatários e produtores de eventos são avaliadas pela área financeira, que verifica a qualidade de crédito de cada cliente, levando em consideração a sua posição financeira. Desta forma, não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- contas a receber de clientes decorrente de serviços prestados de locação;
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, a perda por *impairment* identificada nesses ativos foi imaterial.

Contas a receber de clientes

O Grupo está construindo uma base histórica para a aplicação da abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Atualmente, as perdas de créditos esperadas são efetuadas com base na análise individual dos locatários, agências e vencimento dos títulos, conforme determinado em política interna de contas a receber.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, o Grupo utiliza a análise de créditos vencidos. As contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

A composição de vencimento do contas a receber está demonstrada na nota 9.

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Contas a receber	
	2023	2022
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	(1.973)	(800)
Aumento na provisão para perdas	(1.042)	(1.173)
Reversão de provisão por recebimento	546	-
Atualização juros	(75)	-
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	<u>(2.544)</u>	<u>(1.973)</u>

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 120 dias.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no resultado operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada em todas as empresas do Grupo e agregada pela Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os valores apresentados abaixo são brutos sem descontos e incluem projeções de juros. A tabela abaixo apresenta os principais passivos financeiros em 31 de dezembro:

	Consolidado			
	2023			
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	7.106	-	-	7.106
Empréstimos e Financiamentos	-	9.312	29.319	38.631
Debêntures	-	27.426	174.604	202.030
	7.106	36.738	203.923	247.767

	Consolidado			
	2022			
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	6.183	-	-	6.183
Empréstimos e Financiamentos	-	89.887	9.093	98.980
Debêntures	-	8.715	87.996	96.711
	6.183	98.602	97.089	201.874

	Controladora			
	2023			
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	1.023	-	-	1.023
Empréstimos e Financiamentos	-	1.495	5.760	7.255
Debêntures	-	-	-	-
	1.023	1.495	5.760	8.278

	2022			
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
	Fornecedores	59	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-
	59	-	-	59

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base na disponibilidade de caixa e dependendo das necessidades de caixa para dar continuidade do programa de investimentos e manutenção das suas operações, e pode se utilizar de novas linhas de financiamento de acordo com as políticas e aprovação do Conselho de

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

As tabelas abaixo apresentam os atuais *covenants* contratuais das linhas de financiamento:

(i) Cláusulas contratuais restritivas – covenants (CCAPA)

	2023	2022
EBITDA realizado (R\$/mil)	147.231	106.620
Dívida Bruta (R\$/mil) (1)	108.952	108.237
Caixa (R\$/mil)	206.080	103.917
Dívida Líquida ou (Caixa Líquido) (R\$/mil)	(97.128)	4.320
Dívida Líquida/EBITDA	(0,66)	0,04
<i>Covenants</i>		
Caixa Mínimo	10.000	10.000
Limite dívida líquida/EBITDA - Debêntures	1,50	1,75
Limite dívida líquida/EBITDA - Itaú e Banco do Brasil	1,50	2,00

(1) Considera os empréstimos com os bancos Itaú e Banco do Brasil e debêntures emitidas.

(ii) Cláusulas contratuais restritivas – covenants (Novo Caracol e Tainhas)

Sob os termos do contrato de debêntures, a Companhia é obrigada a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- a) A partir de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025: Dívida Líquida/EBITDA – Até 4,00x;
- b) A partir de 1º de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026: Dívida Líquida/EBITDA – Até 3,00x;
- c) A partir de 1º de janeiro de 2027 até a data de vencimento: Dívida Líquida/EBITDA – Até 2,50x.

Todas as cláusulas de *covenants* foram cumpridas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A Companhia não possui nenhuma outra cláusula de *covenants* em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro.

	Controladora							
	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa		21.617		21.617		21.605		21.605
Aplicações financeiras		266		266		-		-
Empréstimos com Partes Relacionadas		7.905		7.905		2.959		2.959
Total Ativo		29.788		29.788		24.565		24.565
Passivo								
Empréstimos e Financiamentos		7.256		7.256		-		-
Fornecedores		1.023		1.023		59		59
Total do passivo		8.279		8.279		59		59

	Consolidado							
	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa		250.928		250.928		141.603		141.603
Aplicações financeiras		7.335		7.335		9.568		9.568
Instrumentos financeiros derivativos		4.032		4.032		3.758		3.758
Contas a receber		20.185		20.185		13.895		13.895
Total Ativo		282.480		282.480		168.824		168.824
Passivo								
Empréstimos e Financiamentos		38.631		38.631		98.980		98.980
Fornecedores		7.108		7.108		6.183		6.183
Total do passivo		45.739		45.739		105.163		105.163

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**4 Investimentos****(a) Movimentação dos investimentos**

	Controladora	
	2023	2022
Em 1º de Janeiro	121.728	48.224
Resultado da Equivalência Patrimonial	110.326	41.307
Aquisição de controlada - TAH	-	2.162
Aquisição de controlada - ITER Parques Participações	-	63.640
Recebimento de dividendos antecipados 2022 - CCAPA	-	(33.606)
Aporte capital - ITER Parques	10	-
Aporte capital - ITER Administradora	2.031	-
Aquisição ações minoritárias controlada CCAPA	40.550	-
Recebimento de dividendos adicionais 2022 - CCAPA	(5.495)	-
Em 31 de Dezembro	269.149	121.727

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participação societária nos investimentos

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias %	Participação indireta nas ações ordinárias %
Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A	Brasil	Serviços de turismo	Controlada	100	
Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda.	Brasil	Serviços complementares de entretenimento e mídia	Controlada		100
ITER Administradora Ltda.	Brasil	<i> Holding</i>	Controlada	100	
ITER Parques Participações Ltda.	Brasil	<i> Holding</i>	Controlada	100	
ITER Parques Caracol Ltda.	Brasil	<i> Holding</i>	Controlada	100	
Novo Caracol e Tainhas S.A	Brasil	Serviços de turismo	Controlada		60
Travel Activeis Holding Ltda.	Brasil	<i> Holding</i>	Controlada	49	100
C2Rio Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Operador turístico e agência de viagens e turismo	Controlada		49
Destinow Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Marketplace de experiências turísticas	Controlada		49
Destitech Tecnologia da Informação Ltda.	Brasil	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	Controlada		49

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Combinação de negócios

i) Grupo TAH

Em 22 de fevereiro de 2022, a ITER concluiu a aquisição de 49% de participação societária e o controle da Travel Activities Holding S.A. (“TAH”), que detém o controle das operações da C2Rio (uma das maiores operadoras receptoras de turismo no Rio de Janeiro), Destinow (marketplace de experiências no local de destino) e Destitech (empresa responsável pelo desenvolvimento de tecnologia do Grupo TAH).

Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo aumente sua presença no mercado de turismo e que tenha autonomia no seu desenvolvimento tecnológico.

ii) Consórcio Novo Caracol e Tainhas

Em 11 de agosto de 2022, através da sua controlada integral Iter Parques Caracol (“Parques Caracol”), a Companhia venceu o leilão de Concessão dos Parques Caracol e Tainhas (conjuntamente “Parques Caracol e Tainhas”) no Estado do Rio Grande do Sul, e é responsável pela qualificação da infraestrutura e dos serviços oferecidos aos visitantes.

Pelo direito de exploração dos Parques, a NCT pagou ao Poder Concedente o montante de R\$ 150.000 de outorga fixa. Adicionalmente, pagará mensalmente o correspondente ao percentual base de, no mínimo, 3% da receita operacional bruta a partir do 49º (quadragésimo nono) mês contado da data do início das suas operações.

O valor da outorga está registrado no Ativo Intangível no consolidado da Companhia e sua amortização é calculada no modelo linear, pelo prazo da concessão.

Não houve nenhuma combinação de negócios durante o ano de 2023.

6 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	21.617	21.605	250.928	141.603
Aplicações financeiras	266	-	7.335	9.568
Contas a receber de clientes	-	-	20.185	13.895
Outros créditos	2.010	1.369	665	1.943
	<u>23.893</u>	<u>22.974</u>	<u>279.113</u>	<u>167.009</u>
Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivos ao custo amortizado				
Fornecedores	1.023	59	7.108	6.183
Empréstimos	7.256	-	38.631	98.980
Debêntures	-	-	202.030	96.711
Outras contas a pagar	283	262	3.741	4.696
Derivativos				
Ao valor justo	-	-	(4.032)	(3.758)
Passivos de arrendamento	3.698	-	4.017	1.928
	<u>12.260</u>	<u>321</u>	<u>251.495</u>	<u>204.740</u>

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****7 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	18	11	1.377	257
Aplicações Financeiras	21.599	21.594	249.551	141.346
	21.617	21.605	250.928	141.603

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo risco, todas no segmento de renda fixa, em bancos de primeira linha, e remuneradas a taxas de mercado (CDI). Essas aplicações financeiras são de liquidez imediata.

8 Aplicação Financeira restrita

A controlada NCT possui um montante em aplicação financeira registrada no ativo circulante no montante de R\$ 3.089 (R\$ 1.500 em 2022) que será utilizado para cumprimento de obrigações de encargos acessórios determinadas no edital de Concessão.

As obrigações serão realizadas ao longo do exercício de 2024.

As demais aplicações financeiras estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Previ (i)				
Título de Capitalização	266	-	396	130
Banco do Brasil				
Instrumentos de Renda Fixa - DI	-	-	-	1.514
Banco Itaú				
Instrumentos de Renda Fixa - DI	-	-	3.496	4.924
Banrisul				
Instrumentos de Renda Fixa - DI	-	-	328	1.500
Bradesco				
Instrumentos de Renda Fixa - DI	-	-	26	-
	266	-	4.246	8.068

(i) O saldo refere-se a um título de capitalização efetuado em decorrência ao aluguel do imóvel corporativo.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cientes	-	-	10.503	9.136
Administradoras de cartão de crédito	-	-	12.226	6.732
Perdas Estimadas	-	-	(2.544)	(1.973)
	-	-	20.185	13.895

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	-	-	23.793	12.293
Vencidos: Até 30 dias	-	-	355	129
Entre 31 e 60 dias	-	-	154	116
Entre 61 e 180 dias	-	-	127	486
Acima de 181 dias	-	-	3.634	2.844
Total (desconsiderando perdas estimadas)	-	-	28.063	15.868

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Em 2023, houve um aumento de constituição de provisão de perda esperada em decorrência de locatários e agências que ficaram inadimplentes nas controladas CCAPA e PATUR.

10 Despesas Antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prêmio de seguros	89	72	576	646
Prestação de serviços - concessão (a)	-	-	14.898	14.768
Outras despesas antecipadas	285	95	544	235
	<u>374</u>	<u>167</u>	<u>16.018</u>	<u>15.649</u>
Circulante	374	167	1.635	1.333
Não Circulante	-	-	14.383	14.316
	<u>374</u>	<u>167</u>	<u>16.018</u>	<u>15.649</u>

(a) Valores pagos a prestadores de serviço em decorrência do contrato de Concessão dos Parques Caracol e Tainhas que serão apropriados pela sua vigência (30 anos). Vide abertura abaixo:

	2023	2022
Custos B3	3.501	3.623
Custos BNDES	10.882	10.693
	<u>14.383</u>	<u>14.316</u>

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**11 Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ a compensar	1.539	-	4.239	1.009
CSLL a compensar	114	-	746	1.156
Contribuições ao INSS retido na fonte	-	-	79	79
Contribuições sociais retidas na fonte	-	-	37	21
Imposto de renda retido na fonte	-	-	105	95
Imposto de renda s/ aplicação financeira	999	1.539	4.085	3.991
IRPJ antecipação anos anteriores	-	-	405	405
ISS s/Receita de Patrocínio	-	-	13	62
INSS a compensar	-	-	56	48
	2.652	1.539	9.765	6.866
Circulante	1.653	1.539	5.680	4.450
Não circulante	999	-	4.085	2416

A Companhia tem por rotina revisar os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente.

12 Adiantamento a Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento Fornecedor Tirolesa (i)	-	-	2.204	2.606
Adiantamento Fornecedor Outros	350	-	3.218	692
	350	-	5.422	3.298

(i) Em 2022, a controlada CCAPA iniciou as obras de construção da Tirolesa, e os adiantamentos efetuados aos fornecedores relacionados estão registrados nesse grupo de contas.

13 Impostos Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	-	-	1.826	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(2.092)	(2.092)	(2.092)	(4.615)
	(2.092)	(2.092)	(266)	(4.615)

A Companhia controla o seu imposto fiscal diferido, oriundo de diferenças temporárias tributáveis, em consonância com o CPC 32.

Em 2022, a Companhia apresentou imposto diferido passivo em decorrência, substancialmente, das diferenças tributárias da depreciação dos ativos imobilizados e realização de Outras Provisões.

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Efetuamos revisão das apurações e, tendo em vista o benefício do PERSE, segundo o qual a alíquota do IRPJ e a CSLL estava reduzida a zero no ano-calendário de 2023, essa adição não representará saída de caixa para pagamento de IRPJ ou CSLL.

Com base nesse entendimento, efetuamos a reversão da diferença fiscal da taxa de depreciação no valor de R\$ 3,475, gerando um imposto diferido ativo para a Companhia.

A controlada NCT não reconheceu ativos de impostos de R\$ 8.814 com relação a prejuízos no montante de R\$ 25.925, que podem ser compensados com lucro tributável futuro.

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social está apresentada na nota 31.

14 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
C2 Rio Viagens e Turismo Ltda.	3.719	2.061	-	-
Travel Activities Holding e Participações S.A.	3.102	286	-	-
Destitech Tecnologia da Informação	947	574	-	-
Destinow Viagens e Turismo Ltda.	137	38	-	-
	<u>7.905</u>	<u>2.959</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos de partes relacionadas com as empresas do Grupo TAH referem-se a contratos de empréstimos que poderão ser futuramente convertidos em capital social, conforme determinados no acordo de acionistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.685 (R\$ 2.580 em 2022)

15 Arrendamentos**(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial**

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos de direito de uso				
Edificações	3.320	-	3.320	1.248
Máquinas e equipamentos	-	-	275	384
	<u>3.320</u>	<u>-</u>	<u>3.595</u>	<u>1.632</u>
Passivos de arrendamentos				
Arrendamento Circulante	1.289	-	1.608	717
Arrendamento Não circulante	2.409	-	2.409	1.211
	<u>3.698</u>	<u>-</u>	<u>4.017</u>	<u>1.928</u>

Em 2022, a controlada CCAPA possuía um contrato de arrendamento referente ao aluguel do escritório corporativo. Em 2023 esse contrato foi encerrado e transferido para a Iter.

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado**

A demonstração de resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação)				
Edificações	916	-	1.630	271
Equipamentos	-	-	-	203
	<u>916</u>	<u>-</u>	<u>1.630</u>	<u>474</u>
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	471	-	453	223

16 Intangível

	Controladora	
	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Adições	224	224
Baixas	-	-
Transferências	253	253
Amortizações	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>461</u>	<u>461</u>
Custo do intangível	477	477
Amortização acumulada	(16)	(16)
Valor contábil	<u>461</u>	<u>461</u>

	Consolidado				
	Software	Marca	Outorga (i)	Intangível em infraestrutura (ii)	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2022	205	188	-	-	394
Adições	1.597	-	150.000	981	152.579
Baixas	(10)	-	-	-	(10)
Transferências	1.236	-	-	-	1.236

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Amortizações	(139)	-	(417)	-	(556)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.889	188	149.583	981	153.642
					-
Custo do intangível	4.189	188	150.000	981	155.358
Amortização acumulada	(1.300)	-	(417)	-	(1.717)
Valor contábil	<u>2.889</u>	<u>188</u>	<u>149.583</u>	<u>981</u>	<u>153.642</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.889	188	149.583	981	153.642
Adições	1.269	-	-	593	1.863
Baixas	(221)	-	-	-	(221)
Transferências	459	-	-	1.363	1.822
Amortizações	(270)	-	(5.000)	-	(5.270)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>4.126</u>	<u>188</u>	<u>144.583</u>	<u>2.937</u>	<u>151.835</u>
Custo do intangível	5.672	188	150.000	2.937	158.798
Amortização acumulada	(1.546)	-	(5.417)	-	(6.963)
Valor contábil	<u>4.127</u>	<u>188</u>	<u>144.583</u>	<u>2.937</u>	<u>151.835</u>

- (i) Direito de outorga registrado pela Companhia, corresponde à obtenção de Concessão para exploração dos serviços dos Parques Caracol e Tainhas. A amortização é calculada no modelo linear, pelo prazo da Concessão.
- (ii) Intangível – Infraestrutura Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da Concessão. A amortização é calculada no modelo linear, pelo prazo da Concessão ou pela vida útil, o que for menos dentre os dois.

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imobilizado							Total Controladora
a) Controladora	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de Informática	Edificações	Imobilizações em andamento		
Saldos em 1º de Janeiro de 2022	-	-	-	4.571	-	4.571	4.571
Adições	-	-	-	150	578	728	728
Depreciações	-	-	-	(190)	-	(190)	(190)
Saldos em 31/12/2022	-	-	-	4.531	578	5.109	5.109
Custo do imobilizado	-	-	-	4.721	578	5.299	5.299
Depreciação acumulada	-	-	-	(190)	-	(190)	(190)
Valor contábil	-	-	-	4.531	578	5.109	5.109
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	4.531	578	5.109	5.109
Adições	243	417	858	-	1.925	3.442	3.442
Transferências	-	-	-	-	191	191	191
Depreciações	(7)	(34)	(40)	(184)	-	(264)	(264)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	237	383	817	4.347	2.694	8.478	8.478
Custo do imobilizado	243	417	858	4.721	2.694	8.932	8.932
Depreciação acumulada	(7)	(34)	(40)	(373)	-	(454)	(454)
Valor contábil em 31/12/2013	237	383	817	4.347	2.694	8.478	8.478

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Consolidado

	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Veículos	Equipamentos de Informática	Teleférico	Benefeitorias	Edificações	Terrenos	Imobilizações em andamento	Escultura	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2022	671	23.708	1.452	160	1.613	100	37.128	5.949	5	8.426	63	79.275
Adições	810	534	25	-	1.443	-	43	150	-	25.071	48	28.123
Baixas	(8)	(43)	-	-	(63)	-	-	-	-	-	-	(85)
Transferências	1.433	1.122	2.402	-	47	1.250	1.043	-	-	(11.400)	-	(4.404)
Depreciações	(240)	(3.051)	(355)	(65)	(678)	(72)	(1.182)	(221)	-	-	-	(5.864)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.366	22.297	3.524	96	2.361	1.279	37.032	5.878	5	22.097	110	97.048
Custo do imobilizado	4.775	48.191	10.173	385	7.018	12.409	57.864	6.843	5	22.097	110	169.930
Depreciação acumulada	(2.409)	(25.893)	(6.649)	(290)	(4.657)	(11.190)	(20.832)	(965)	-	-	-	(72.882)
Valor contábil em 31/12/2022	2.366	22.297	3.524	96	2.361	1.279	37.032	5.878	5	22.097	110	97.048
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.366	22.297	3.524	96	2.361	1.279	37.032	5.878	5	22.097	110	97.048
Adições	1.512	1.356	-	417	1.449	20	-	-	-	25.655	-	30.408
Baixas	(193)	(173)	-	-	(71)	(1)	-	-	-	-	-	(438)
Transferências	(24)	3.774	471	-	180	214	-	77	-	(558)	-	4.134
Depreciações	(1.183)	(2.591)	(594)	(98)	(845)	(253)	(1.351)	(290)	-	-	-	(7.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.478	24.663	3.401	415	3.074	1.258	35.681	5.664	5	47.195	110	123.947
Custo do imobilizado	5.938	52.640	10.644	802	7.972	12.701	57.864	6.843	5	47.195	110	202.715
Depreciação acumulada	(3.460)	(27.977)	(7.243)	(387)	(4.898)	(11.443)	(22.183)	(1.178)	-	-	-	(78.769)
Valor contábil em 31/12/2023	2.478	24.663	3.401	415	3.074	1.258	35.681	5.664	5	47.195	110	123.947

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As adições na conta de Imobilizações em andamento em 2023 são principalmente relacionadas: R\$ 18.780 (R\$ 13.410 em 2022) na importação e serviços do projeto da Tirolesa e R\$ 4.927 (R\$ 2.810 em 2022) em projetos de melhorias do Parque Bondinho.

A Companhia realizou, com base em laudo produzido por empresa especializada, estudo de revisão da vida útil dos itens de seu ativo imobilizado, passando a considerar o resultado desta avaliação a partir de janeiro de 2020.

A Administração não identificou alterações na vida útil dos ativos registrados contabilmente.

Impairment

Não houve indicativos de perda no valor recuperável nos itens do ativo imobilizado da empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

Em relação ao montante de valores investidos na construção da tirolesa, entendemos não haver risco de perda no valor recuperável visto que obtivemos a autorização para retomar as obras em março de 2024.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	1.023	59	7.108	6.183

Referem-se as obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia.

19 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS s/ faturamento	3	2	171	84
ISS retido a recolher	2	-	17	26
ISS s/ faturamento	-	-	1.259	875
COFINS s/ faturamento	20	14	714	307
FGTS a recolher	225	97	800	442
INSS a recolher	505	263	959	695
CSRF- lei 10.833	45	8	248	247
SIMPLES NACIONAL a recolher	-	-	7	134
Imposto de renda retido - terceiros	16	2	51	29
Imposto de renda retido - empregados	387	185	755	406
INSS retido s/ serviços	19	3	258	197

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros	-	-	2	108
IRPJ/CSLL - Pessoa Jurídica	1.212	1.098	1.628	1.662
	<u>2.434</u>	<u>1.672</u>	<u>6.869</u>	<u>5.212</u>
Circulante	2.434	1.672	6.869	5.106
Não circulante	-	-	-	106
	<u>2.434</u>	<u>1.672</u>	<u>6.869</u>	<u>5.212</u>

20 Empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	1.495	-	5.280	86.129
Empréstimos Bancários	1.495	-	9.312	89.887
Instrumentos Financeiros				
Derivativos	-	-	(4.032)	(3.758)
Não circulante	5.760	-	29.319	9.093
Empréstimos Bancários	5.760	-	29.319	9.093
Total dos empréstimos	<u>7.255</u>	<u>-</u>	<u>34.599</u>	<u>95.222</u>

i) Iter

Em 26 de julho de 2023 a ITER efetuou a contratação de um empréstimo com o banco Itaú, relativo à Resolução 4.131, no valor de R\$ 7.062 (equivalentes a EUR 1.350), com vencimento em junho de 2028 e taxa pré-fixada de 6,339% a.a.

Os empréstimos com o Banco Itaú Unibanco possuem NDFs (instrumentos derivativos) que visam a troca de taxas flutuantes em Euros, e resultaram no custo médio ponderado de 13,3% a.a. Estes NDFs foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os empréstimos e os derivativos configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida pré-fixada em Reais.

ii) CCAPA

A controlada CCAPA possui dois contratos de empréstimos relativos à Resolução 4.131 vigentes com o Itaú Unibanco, com vencimentos em 2025 e 2028 e taxas pré-fixadas em EUR + 1,5956% a.a. e EUR + 6,339% a.a., respectivamente.

Os empréstimos com o Banco Itaú Unibanco possuem NDFs (instrumentos derivativos) que visam a troca de taxas flutuantes em Euros, e resultaram no custo médio ponderado de 13,3% a.a. Estes NDFs foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os empréstimos e os derivativos

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida pré-fixada em Reais.

iii) CNCT

Em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia possuía dois contratos de empréstimos com os bancos Itaú Unibanco S.A. e Banco do Brasil S.A., com vencimento em 2023 e taxas CDI+ 2% a.a. e CDI+4% a.a., respectivamente.

Tais empréstimos foram liquidados em fevereiro de 2023 com a emissão de debêntures no valor de R\$ 120.000 realizada em fevereiro de 2023 (Nota 20).

ii) TAH

Em 26 de julho de 2023 a controlada TAH efetuou a contratação de um empréstimo com o banco Itaú, relativo à Resolução 4.131, no valor de R\$ 3.340 (equivalentes a EUR 580), com vencimento em junho de 2028 e taxa pré-fixada de 6,339% a.a.

Os empréstimos com o Banco Itaú Unibanco possuem NDFs (instrumentos derivativos) que visam a troca de taxas flutuantes em Euros, e resultaram no custo médio ponderado de 13,3% a.a. Estes NDFs foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os empréstimos e os derivativos configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida pré-fixada em Reais.

Os valores contábeis dos empréstimos do Grupo são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
REAIS	7.255	-	34.599	96.223
EUROS (Travados por NDFs por Resol. 4.131)	1.373	-	7.193	11.526

21 Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	-	-	27.426	8.715
Não Circulante	-	-	174.604	87.996
	-	-	202.030	96.711

i) CCAPA

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de fevereiro de 2022, a controlada CCAPA realizou a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100.000, com esforço restrito de acordo com ICVM 476/09 (revogada pela Resolução 160/22), coordenadas pelos Bancos Itaú BBA e UBS BB, com prazo de 5 anos, carência de 18 meses para amortização do principal e com custo de CDI + 4% ao ano.

Foram incorridos Custos de Transação na emissão das Debêntures no montante de R\$ 3.915, que estão sendo amortizados pelo prazo das debêntures.

ii) NCT

Em 10 de fevereiro de 2023, a controlada NCT realizou a 1ª emissão de debênture, no valor de R\$ 120.000, com esforço restrito de acordo com ICVM 476/2009, coordenadas pelos Bancos Itaú BBA e UBS BB, com prazo de 7 anos, carência de 24 meses para amortização do principal e com custo de CDI + 4% ao ano.

Foram incorridos Custos de Transação na emissão das Debêntures no montante de R\$ 4.177 que estão sendo amortizados pelo prazo das debêntures.

22 Dividendos e Participações

Em 26 de dezembro de 2023, A ITER Participações adquiriu 25% do capital da controlada CCAPA, consolidando 100% do capital.

O preço certo e ajustado da compra e venda das ações era de R\$40.550, a serem pagos da seguinte forma:

a) R\$20.000 pagos à vista em 28 de dezembro de 2023.

b) R\$ 20.550 a ser pago em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 10.000 e, a segunda, no valor de R\$ 10.550, com vencimentos em 20 de dezembro de 2024 e 19 de dezembro de 2025 e corrigidos pela variação do IPCA.

O total do investimento da ITER na CCAPA em novembro de 2023 era R\$ 154.582 (investimento – 75% de participação) e R\$ 93.948 (resultado acumulado – 75% de participação)

Em dezembro de 2023 houve a seguinte movimentação no saldo de investimentos da CCAPA:

Investimento em nov/23:	R\$ 154.582
Aquisição de participação:	R\$ 40.550
Resultado dez/23 (100%):	R\$ 17.035
Outros resultados abrangentes:	R\$ 24
TOTAL	R\$ 212.192

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganho na aquisição de participação (resultado)	R\$ 10.977
TOTAL investimento (100% CCAPA)	R\$ 223.170
TOTAL participação resultado em dez/23 patrimonial da CCAPA na ITER	R\$ 121.960 (valor de equivalência)

23 Receita Diferida

	Consolidado	
	2023	2022
Circulante	275	1.639
Não Circulante	-	250
	275	1.889

Em março de 2022, foi firmado contrato de patrocínio no valor de R\$ 2.000, com vigência de 24 meses, sendo que 40% do valor foi pago em favor da Companhia e 60% em favor da PATUR. A receita está sendo apropriada ao resultado em base linear pelo prazo do contrato, que se encerra em fevereiro de 2024.

Também são contabilizados nesse grupo valores de bilhetes/passeios vendidos e ainda não utilizados.

24 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Provisão para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e através de experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas prováveis. Os valores apresentados a seguir estão líquidos dos depósitos judiciais correspondentes:

Provisão para contingências - prováveis

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas	917	841
Tributárias	563	546
Cíveis	-	-
(-) Depósitos Judiciais	(271)	(271)
	1.209	1.116

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, há outros processos envolvendo o Grupo, cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis:

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas	4.583	4.679
Cíveis	51.154	5.484
	<u>55.737</u>	<u>10.163</u>

Estes valores não estão provisionados na contabilidade do Grupo em consonância com as normas contábeis vigentes.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são decorrentes de interposição de recursos, realizados em juízo pela Companhia, conforme demonstração abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos judiciais	-	-	1.413	1.287
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.413</u>	<u>1.287</u>

25 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 47.843 representado por ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de abril de 2023 houve o aumento de capital por acionista minoritária no montante de R\$ 89.363.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social e o quadro acionário da Companhia estavam representados conforme abaixo:

Evolução do Capital Social

	Controladora	
	2023	2022
Em milhares de Reais		
Capital Social	137.206	47.843
Em quantidade ações		
Ações ordinárias	52.066.350	47.727.487

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total ações	<u>52.066.350</u>	<u>47.727.487</u>
-------------	-------------------	-------------------

Participação Acionária

G3LC Holding S.A	81,19%	89,06%
Acionistas Minoritários	18,81%	10,94%
Total Participação Acionária	100,00%	100,00%

(b) Reserva Legal

Trata-se de reserva estatutária composta da retenção de 5% do lucro líquido do exercício, com valor máximo estabelecido de 20% do capital social e, máximo de 30% das reservas de capital.

(c) Reserva de Contingência

Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de absorver os impactos financeiros negativos decorrentes de processos judiciais em que a Companhia figure como ré.

(d) Reserva de Investimentos

Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de viabilizar os investimentos para renovação do Parque.

(e) Dividendos

Estatutariamente, a Companhia deve destinar como dividendos mínimos 25% do lucro líquido, ainda que seja na forma de juros sobre capital próprio. Estes dividendos mínimos são transferidos para o passivo. Adicionalmente, é possível destinar resultado superior aos 25%, que permanecem registrados no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

		<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício		86.416
Reserva Legal (i)	5%	<u>-</u>
Lucro Líquido ajustado		86.416
Dividendo mínimo obrigatório		<u>(21.604)</u>
Lucro retido a distribuir		64.812
Antecipação de dividendos	25%	(22.965)
Saldo não distribuído 2022		<u>416</u>
Saldo de lucro a destinar		42.263

(i) Conforme artigo 193 da Lei 6.404, a companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30%

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do capital social. Visto que a Companhia está enquadrada nesse cenário, não foi constituída reserva legal para o ano de 2023.

26 Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentadas nas demonstrações do resultado é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita Operacional Bruta				
Receita com prestação de serviço	-	-	255.276	154.310
Deduções				
Imposto sobre Prestações de Serviços	-	-	(14.464)	(8.239)
Receita operacional líquida				
	-	-	240.812	146.071

27 Custo dos serviços prestados

O aumento dos custos de serviços prestados consolidado de 2022 para 2023 está relacionado com o incremento e nos gastos de utilidades e serviços, em virtude principalmente do aumento da visitação aos parques.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos com pessoal	-	-	20.291	19.278
Custos de serviços prestados	-	-	20.865	7.115
Custos de depreciação e amortização	-	-	3.303	4.246
Custos gerais e administrativos	-	-	4.860	939
Custos com utilidades e serviços	-	-	-	3.345
Custos com impostos e taxas	-	-	1.706	1.169
	-	-	51.025	36.092

28 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	18.971	4.662	50.762	23.862

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas de serviços prestados	5.458	569	19.083	8.830
Despesas com perdas de clientes	-	-	765	-
Despesas de depreciação e amortização	1.196	190	10.651	2.627
Despesas gerais e administrativos	1.431	77	6.255	4.392
Despesas com utilidades e serviços	-	70	-	3.298
Despesas com impostos, multas e taxas	132	306	849	739
	27.188	5.874	88.365	43.748

29 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com propaganda e marketing	1.470	8	8.218	4.690
Outras despesas com vendas	126	-	126	707
	1.596	8	8.344	5.397

30 Receitas e despesas financeiras

Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras				
Juros Recebidos	956	249	1.562	367
Variação cambial	-	-	4	1
Descontos recebidos	-	-	6	2
Rendimentos de aplicação financeira	5.078	7.123	26.300	21.205
	6.034	7.373	27.871	21.576

Despesas Financeiras

Pis sobre receita financeira	(40)	(52)	(232)	(144)
Cofins sobre receita financeira	(244)	(319)	(1.312)	(552)
Tarifa bancárias	(79)	(5)	(604)	(175)
Juros fornecedores	(16)	-	(120)	(22)
Juros sobre pagamento de impostos	(0)	(2)	(228)	(57)
Juros sobre debêntures	-	-	(33.023)	(13.562)
Juros sobre arrendamento	(471)	-	(453)	(297)
Juros sobre empréstimos	(277)	-	(3.118)	(3.035)

Iter Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Juros s/ mutuo	-	-	(1.259)	-
Custo de transação sobre debêntures	-	-	(1.301)	-
Despesa variação cambial	(37)	-	(205)	(807)
Despesa c/Aplicação Financeira	-	(30)	(0)	(431)
IRRF sobre empréstimos	-	-	(12)	(97)
Descontos concedidos	-	-	(267)	(409)
	(1.164)	(409)	(42.135)	(19.588)
Resultado Financeiro	4.870	6.963	(14.264)	1.988

31 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	86.416	42.388	83.241	62.529
Líquido de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL	<u>86.416</u>	<u>42.388</u>	<u>83.241</u>	<u>62.529</u>
Despesas não dedutíveis	-	-	4.629	(2.499)
Exclusões à base de cálculo	-	-	(11)	(2.733)
Resultado da Equivalência Patrimonial	<u>(110.326)</u>	<u>(44.279)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro Tributável	<u>(23.910)</u>	<u>(1.891)</u>	<u>87.859</u>	<u>57.297</u>
IRPJ - Corrente	-	(1.177)	(1.001)	(3.284)
CSLL - Corrente	-	(428)	(385)	(2.767)
Impostos Diferidos	-	-	4.350	(4.167)
Total dos impostos sobre o lucro	<u>-</u>	<u>(1.605)</u>	<u>2.963</u>	<u>(10.218)</u>
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	0,00%	3,79%	-3,56%	16,34%

32 Seguros

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 75.000 de limite máximo de garantia para danos materiais, alagamentos e inundações, tremor de terra, maremoto e terremoto, além de lucros cessantes. Para a apólice de responsabilidade civil, os valores são de R\$ 20.000, enquanto a cobertura de seguro D&O (responsabilidade civil de administradores e diretores) possui limite máximo de garantia de R\$ 30.000. Para a apólice de cobertura de riscos ambientais o limite máximo de garantia é de R\$ 15.000 agregado.

As apólices contratadas incluem as controladas Novo Caracol e Tainhas, CCAPA e a sua controlada Pão de Açúcar Empreendimentos Turístico S.A., como cosseguradas.

33 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

33.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades na qual a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

33.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “Outros receitas (despesas), líquidas”.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

33.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

33.4 Ativos financeiros

33.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- . Mensurados ao custo amortizado.

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não possuía nenhum ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado

33.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

33.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- . Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- . Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

- Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

33.4.4 Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

33.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

33.5 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

33.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas.

33.7 Arrendamentos

O Grupo aluga 2 salas de prédio comercial para a sua área administrativa e câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimonial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Companhia utilizou a taxa incremental.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- . quaisquer custos diretos iniciais.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(i) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

33.8 Ativos intangíveis

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

(b) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(c) Direito de Outorga

O contrato de concessão obtido pela controlada NCT junto ao Poder Concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da Concessão foi registrado pelo valor pago, sendo a amortização calculada de forma linear pelo prazo do contrato.

(d) Intangível em infraestrutura

Nos termos do contrato de Concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a controlada NCT atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre o Poder Concedente e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado,

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários. A amortização deste ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

33.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

	<u>Anos</u>
Edificações	25-40
Máquinas e Equipamentos	10-20
Veículos	3-5
Móveis e utensílios	5-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

33.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

33.11 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

33.12 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

33.13 Provisões

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

33.14 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

33.15 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

33.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receita serviços prestados

A receita da Companhia é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade.

A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas demonstrações financeiras ora apresentadas.

(b) Receita financeira

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

33.17 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

33.18 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma

Iter Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
 - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i)
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

* * *